

Ana Elizabete Mota*: insurgência na formação profissional e na produção acadêmica do Serviço Social

*Ana Elizabete Mota: insurgency in professional
training and academic production in Social Work*

Monica de Jesus César*** 

Ana Inês Simões Cardoso de Melo** 

Nossa entrevistada, muito generosa – como é próprio a intelectuais efetivamente comprometidos com a teoria, o método e a história –, demarca a sua participação com reiterada modéstia no processo de construção das Diretrizes Curriculares da formação em Serviço Social, destacando que este processo foi realizado e construído a partir da contribuição de muitas mãos e mentes. Bete Mota, como costuma ser chamada, lembrou as concepções éticas e teórico-metodológicas que foram assumidas coletivamente, bem como os processos políticos e as formulações resultantes das oficinas regionais e nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss)¹ na construção das Diretrizes Curriculares – ocasião em que fez referência à exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para substituir o currículo mínimo e pleno pelas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação.

Sua leitura do processo de construção das Diretrizes Curriculares da Abepss é realizada a partir da compreensão do enraizamento

1 Nota de edição: Com origem em 1946, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social se tornou, em 1979, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), passando a contar, nos anos 1980, com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), tendo em vista o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social desde a década anterior. Em 1996, passa a se denominar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como entidade científica e em convergência com os princípios indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão e a necessária articulação entre graduação e pós-graduação. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.76097>

*Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
E-mail: amota294@yahoo.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2195-8723>.

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: iness@infolink.com.br.

***Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: CESAR, M. J.; MELO, A. I. S. C. de. Ana Elizabete Mota: insurgência na formação profissional e na produção acadêmica do serviço social. Entrevistada: Ana Elizabete Mota. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 224-238, maio/ago. 2023. Disponível em: DOI: 10.12957/rep.2023.76097

Recebido em 15 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 10 de maio de 2023.



realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

da renovação profissional do Serviço Social, cujo processo imprimiu substância teórica e política ao movimento que resultou em sua formulação. Tal movimento foi mediado pelas condições históricas vigentes e revelou a maturidade teórica e política que a profissão galgava naquele período.

A entrevistada considera que as Diretrizes Curriculares revelam as balizas teórico-metodológicas, ideopolíticas e os princípios que orientam a intervenção profissional do Serviço Social, incorporados pela formação profissional. Expõe uma matriz ancorada no pensamento crítico de orientação marxiana, no método do materialismo histórico e dialético e na explicação da formação social brasileira como suportes fundamentais para dar conta da relação entre a profissão e a realidade da vida social brasileira, para além de uma mera matricialidade curricular.

Resgata, desta forma, o longo processo que acabou por desaguar na proposta final das Diretrizes Curriculares, não sem desconhecer seus possíveis limites em face das mudanças por que passa a realidade brasileira e o próprio Serviço Social, mas retratando, de forma ímpar, a centralidade da relação entre profissão e sociedade em cada tempo histórico. O diálogo travado evidencia a superação do Serviço Social tradicional e conservador em prol de um projeto de formação profissional arrojado e que se mantém atual, ainda que possa ser enriquecido com as questões do tempo presente, mas sem declinar seus componentes teórico-metodológicos e sua dimensão crítica e progressista.

Em Pauta – Você teve uma participação substantiva no processo de construção das Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Serviço Social conduzido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), de cuja direção você participava. Gostaríamos que comentasse sobre sua experiência neste processo e como você vê a questão em termos de articulação com o projeto ético-político vigente no Serviço Social.

Ana Elizabete Mota – Vou fazer uma recorrência para situar meu entendimento e minha participação no processo de definição das Diretrizes Curriculares. Como qualquer fenômeno e iniciativa, acho importante pensar a questão numa perspectiva de totalidade para qualificar este rico processo. Então, precisamos situar a chamada renovação do Serviço Social brasileiro no período de exaurimento da ditadura empresarial-militar, nos últimos anos da década de 1970. É preciso lembrar da luta social pela anistia, da atuação do “novo sindicalismo”, das greves do ABC Paulista e do movimento das Diretas Já para resgatarmos a articulação da sociedade brasileira e, no seu interior, a do Serviço Social. Na segunda metade dos anos 70 do século XX, portanto, no entorno do chamado Congresso da Virada, ocorrido em 1979, um grupo de jovens assistentes sociais com boa formação intelectual e política (hoje com mais de 70 anos), engajado na luta pela redemocratização no Brasil (evidente que ponderando o silenciamento compulsório da ditadura e, em arti-

culação com o chamado *Movimento de Reconceituação* do Serviço Social latino-americano, particularmente com a sua vertente mais crítica), é protagonista da crítica ao tradicionalismo e conservadorismo do Serviço Social. Dessa forma, inauguravam um movimento que se iniciou com a organização político-sindical dos e das assistentes sociais, a exemplo de muitos trabalhadores brasileiros naquele momento. Esse movimento integra o processo de renovação política do Serviço Social, desencadeando processos que posteriormente viariam a influenciar a abordagem das Diretrizes. Então, no meu entendimento – e existem colegas muito mais capacitadas do que eu para falar de tudo isso –, a renovação da formação profissional se inicia com a organização política de assistentes sociais, avança com a criação dos programas de pós-graduação e com a direção política assumida pela Abess na convenção realizada em Natal, em 1979. Nesse período de ebulição política, aprovou-se a criação de um novo currículo para o Serviço Social, em 1981/82.

Sob meu ponto de vista, o engajamento e a organização política de assistentes sociais assumem, vamos dizer assim, o imperativo da renovação no e do Serviço Social, dada a unidade entre organização e formação profissional, determinada pela conjuntura histórica de então, com o surgimento dos movimentos sociais, partidários e sindicais, impactando, inclusive, nas ainda incipientes produções intelectuais do próprio Serviço Social e no tensionamento da prática profissional. Notem, por exemplo, que a realização da convenção da Abess, que aconteceu em Natal, no Rio Grande do Norte, ocorreu no mesmo ano do Congresso da Virada, assim como a articulação do movimento sindical de assistentes sociais (através da criação da Ceneas), no âmbito do novo sindicalismo do ABC Paulista. Tudo isso é de grande efervescência e, embora predomine a direção e organização de assistentes sociais no Sudeste (inclusive de profissionais que migraram temporária ou permanentemente para o Rio de Janeiro e São Paulo), o movimento espraia-se pelo Brasil.

Quero lhes dizer que em 1979 eu era recém-contratada professora colaboradora da UFPE, ainda não havia ingressado no mestrado e minhas referências políticas e teóricas eram Marilda Iamamoto, Inês Bravo, Maria Helena Rauta, Rose Serra, Regina Marconi, Bia Abramides, Eugenia Raizer, Josefa Lopes, Marina Abreu, Franci Cardoso e a antológica Luiza Erundina, cujo discurso no III CBAS, apresentando o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva, nos levaram ao delírio. Com uma visão muito arguta, a vanguarda política do Serviço Social aproveita o momento do III Congresso Brasileiro e ali faz uma manifestação política de peso, que, simbolicamente, assumiu a condição de um marco na renovação do Serviço Social. Mas, vejam bem, aquilo tudo não aconteceu em cinco dias, foi um processo e um projeto, cuja unidade estava dada pela luta para derruir a ditadura e inaugurar um outro momento na sociedade brasileira, através da rearticulação do movimento popular e sindical, da Igreja progressista com as comunidades eclesiais de base (CEBs), da criação de novos partidos políticos e, como já disse, da reorganização sindical de assistentes sociais. É nesse conjunto que situo as implicações da renovação do Serviço

Social e da formação profissional, cuja herança estará presente nas Diretrizes Curriculares nos anos 1990. Notem que a reforma curricular, de 1982, tem como eixo a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais e a incisiva crítica ao Serviço Social herdeiro do desenvolvimentismo e a defesa da sua condição de agente da transformação social.

Eu que estudei e li os anais do III Congresso do Serviço Social, o Congresso da Virada, observei que o tema original do III CBAS era *o papel do Serviço Social no planejamento e desenvolvimento*. No entanto, ao término do congresso, retornamos para nossos estados defendendo *a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais, populares e sindicais*. Então, ali o Serviço Social ampliava a sua base, iniciava o longo processo de construção de uma hegemonia teórico-política de esquerda levada a efeito por nova geração, da qual muitas de nós fazemos parte. Por tudo isso, advogo que as Diretrizes Curriculares estão imbricadas num processo e projeto iniciados no final dos anos 70 do século 20. Mas vocês devem ouvir outras colegas... esta é a minha leitura.

O que aconteceu? Nós aprovamos e fizemos os encaminhamentos do currículo de 1982, com todas as suas grandes qualidades e com as suas dificuldades. Mas, segundo recorde, posteriormente iniciamos a discussão da reforma deste currículo de 1982, na década de 1990, creio que por volta de 1993, e que foi o ponto de partida da construção das Diretrizes Curriculares, que à época foi uma demanda do MEC, relacionada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para que os cursos superiores – dentre eles, o de Serviço Social – que deixariam de ter um currículo mínimo estruturador da formação, cujos conteúdos, em tese, integrariam diretrizes de modo a unificar e flexibilizar nacionalmente a organização dos componentes curriculares a partir de matérias que fossem consideradas essenciais para a formação. Essa foi, segundo um resgate de memória, a razão imediata de construirmos Diretrizes Curriculares. Nós não deliberamos aleatoriamente por construir as Diretrizes, elas foram uma solicitação do MEC, embora desejássemos fazer mudanças no currículo de então. A estratégia adotada pelo coletivo docente e discente, acatando a direção política da Abess e depois Abepss, e tendo à frente a professora Marieta Koike, minha colega na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de fato transformou o projeto num processo muito rico. Não tenho certeza, mas acho que as diretrizes eram de natureza indicativa e não obrigatória, inclusive polemizamos muito essa questão porque tínhamos críticas a LDB; o meio acadêmico politizou e *pedagogizou* o processo.

Lembro bem que eu fazia doutorado em São Paulo, mas não sei precisar o ano, acho que 1994, quando houve a convenção da Abess, e quem apresentou Marieta à professora Carmelita Yazbek, então presidente, fui eu. Marieta havia se aposentado recentemente da Sudene e tornou-se chefe do Departamento de Serviço Social da UFPE com Dedicção Exclusiva (DE); era muito conhecida no Nordeste justo em face da sua inserção profissional, mas não na esfera docente da categoria. Seu carisma e sua capacidade de articulação,

inerentes a essa cearense acostumada a enfrentar desafios, fizeram com que Marieta fosse eleita presidente da Abess com muita legitimidade e liderança.

Então, quando eu terminei o doutorado, junto com a querida Nobuco Kameyama que já não está entre nós e outras companheiras, articulamos a reeleição de Marieta e ela foi reeleita. Foi nessa ocasião que eu assumi a direção do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss) e iniciei a minha participação no processo de construção das Diretrizes. Nesse contexto, eu e Marieta estivemos inseridas, mas o mérito da democratização da discussão e formulação foi inteiramente dela. Criada a comissão de especialistas com representação acadêmica de todas as regiões, coube a mim e a Marieta, junto com a comissão, nas madrugadas do Hotel Novo Mundo, no Rio de Janeiro, sistematizar o documento das Diretrizes que seria aprovado na Oficina Nacional. Saí de Recife levando um computador, uma impressora e durante uma semana não vi nem a Baía da Guanabara.

Marieta teve excelentes gestões na Abepss: é uma pessoa democrática, uma mulher inteligente e rapidamente apreendeu o espírito do tempo no Serviço Social e trouxe-o para dentro do processo das Diretrizes. E, com isso, em conjunto com as vices-regionais, realizou uma ampla discussão sobre o projeto de formação pedagógico-profissional que deveria ser orientador das Diretrizes. Evidente que nem tudo ocorreu nesse céu de brigadeiro, pois muitas foram as polêmicas e discussões. Marieta, com a sua habilidade e conhecimento rodou esse país inteiro, discutindo e sistematizando o que viria a ser o conteúdo das Diretrizes.

A construção das Diretrizes foi um processo muito interessante, um processo muito rico, à frente do seu tempo. Foi antecedida por polêmicas, fundamentais para a profissão, levadas a efeito pelos professores doutores José Paulo Netto e Vicente Faleiros e pelas professoras doutoras Marilda, Nobuco Kameyama e Alba Carvalho e o grupo do Maranhão. Dentre as polêmicas existia a crítica à definição da especificidade da profissão, contestada pelos argumentos do significado do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho. Ao abraçarmos essa referencialidade extraída da crítica da economia política marxiana, o significado do Serviço Social alçou outro patamar teórico, obrigando-nos a estudar a divisão social e técnica do trabalho como uma das categorias centrais na constituição da sociedade burguesa, obrigando-nos a abraçar o método marxiano e seus fundamentos. Saímos do campo da “história do Serviço Social” para entender a existência de determinações históricas e, portanto, situar a profissão numa totalidade: a das relações sociais de produção/reprodução sob o capitalismo. Notem o quanto foi rica a formulação da unidade dialética na determinação dessa profissão, trazida pela professora doutora Marilda Iamamoto em 1982 – *quem demanda a profissão não são os mesmos sujeitos que usufruem diretamente do trabalho profissional*. Eu acho absolutamente fantástica essa formulação: *uma profissão demandada por uma classe, para atender às necessidades imediatas de outra classe, dialética e contraditoriamente, no âmbito do processo de produção/reprodução social*.

E essa profissão, notem bem, se insurge historicamente contra esse papel, *entre aspas*, definindo uma direção estratégica, de natureza teórica, ético-política e profissional que se opõe à razão primeira de sua determinação: a integração à ordem. É claro que no meio disso tem um mercado de trabalho, mas a natureza geneticamente contraditória do Serviço Social permite que a profissão defina uma direção social, orientada por um ideário social revelador da articulação com o projeto das classes subalternas. E isso vai orientar princípios e valores presentes em propostas que tensionem as relações sociais, ainda que nos limites de uma atividade profissional que possui particularidades, dentre elas, a condição de ser trabalho assalariado, cujo exercício profissional encontra-se inserido em processos de trabalho coletivos. Privilegia-se uma ética que é a das escolhas, e não uma ética normativa. Esse movimento traz para o âmbito da profissão uma referencialidade teórico-metodológica e histórica muito desafiante para a formação profissional, presente há mais de 20 anos nas Diretrizes.

Outra questão abraçada pelas Diretrizes foi a defesa da unidade entre teoria, método e história e de núcleos estruturadores em contraposição às disciplinas específicas de teoria, metodologia e história do Serviço Social; os núcleos organicamente articulados em matérias e disciplinas são o de fundamentos teórico-metodológicos, o da formação social brasileira e o do trabalho profissional. Na minha opinião, esse foi um grande avanço presente na formulação das Diretrizes, algo muito à frente da nossa maturidade teórica de então. Esses eixos deram a “*régua e o compasso*”, com fundamentos extraídos da teoria social moderna, de inspiração marxiana, também ela saturada de história, bem como do método do materialismo histórico e dialético. Na medida em que o Serviço Social não tinha uma história própria, ele tinha uma história inserida na dinâmica da sociedade; o Serviço Social não tinha uma metodologia própria, ele tinha extrações metodológicas que vinham do estrutural-funcionalismo e da matriz positivista; então, a gente deixou de pensar em metodologia própria, para pensar em método.

Tudo isso se explicava não por uma evolução da caridade, da assistência, mas por uma demarcação do que é o capitalismo monopolista, cuja dinâmica, de fato, rompeu com a filantropia e a caridade como ações espontâneas, e institucionalizou a profissionalização/laicização no âmbito do Estado, sob a batuta de relações de classe. Ora, as Diretrizes incorporam isso na perspectiva de unidade entre teoria-método-história, ciente de que a profissão possui particularidades que só são possíveis de desvendamento no processo histórico real.

A gente foi construindo esse processo que começou em 1979, avançou em 1982 para desaguar, objetivamente, na década de 1990, após muitos debates e de uma forma mais estruturada, nas Diretrizes Curriculares. Creio que as Diretrizes permitiram a distinção entre método e metodologia, entre abordagens instrumentais e teoria, entre teoria

própria e apreensão das categorias presentes na realidade, como parte dos seus fundamentos. Eu acho que as Diretrizes operaram uma síntese, dentro de um momento histórico específico, dentro do nosso tempo e com alguns elementos à frente do nosso tempo. Mas, como defendeu Marx, *é o mais desenvolvido que explica o menos desenvolvido* e, hoje, olhando para a realidade e para os novos processos em curso, penso que as Diretrizes particularizam uma concepção do Serviço Social que se mantém válida e atual.

Então, eu entendo o processo de construção... Olha, a construção das Diretrizes formou e informou. Nos deu uma dimensão de totalidade, uma dimensão de unidade – para mim, isso é o principal – entre teoria, método e história. E foi essa unidade que parametrizou os núcleos e as matérias, cujos conteúdos específicos são remetidos aos eixos estruturadores e permitem a organização curricular, digamos, os projetos pedagógicos, de acordo com a realidade de cada Instituição de Ensino Superior (IES). As Diretrizes Curriculares não são um mapa com um desenho do futuro, são uma matriz, um indicador, uma sinalização dos elementos teórico-metodológicos que, historicizados, vão permitir, em cada momento histórico, atualizações, reformas curriculares, adaptação de disciplinas – obrigatórias, optativas etc.

Eu tive uma participação pontual na construção das Diretrizes, não fui a principal pessoa. Mas quando leio aquele documento básico, eu me vejo ali – porque Marieta viajou e me deixou com a tarefa de redigir a versão final, que saiu na revista Serviço Social e Sociedade.

Passados dez anos, eu assumi a presidência da Abepss, substituindo a professora Jussara Mendes, em uma articulação feita em Fortaleza. Conversa vai, conversa vem, quando eu olhei, eu estava candidata a presidente da Abepss. E assim foi. Participei de uma diretoria muito pródiga, aguerrida e politizada cujas vices regionais eram muito atuantes. Não lembro mais de todos os nomes da diretoria, mas a Professora Marina Abreu era a Coordenadora da Pós-graduação e trabalhamos muito juntas. Contamos com recursos financeiros de projeto apresentado pela professora Jussara Mendes e aprovado pelo Ministério da Saúde... com isso, nossa gestão teve um bom orçamento, o que nos permitiu realizar uma pesquisa avaliativa sobre a implementação das Diretrizes Curriculares, após cerca de 10 anos da sua construção. Foi uma pesquisa bem volumosa e realizada num período muito curto, mas apresentamos, já na gestão seguinte, da professora Marina Maciel Abreu, os seus resultados.

Hoje, além dos clássicos da formação social brasileira, novas leituras se fazem necessárias de modo a incluir outras questões, que, embora historicamente presentes, se politizaram e se tornam emergentes, como a questão da escravidão, das particularidades da transição para o trabalho livre, do racismo, dos povos originários e tantas outras. Eu entendo que isso redundou em uma coisa muito positiva. Porque, de um lado, as

demandas cotidianas da profissão se complexificaram. A gente, antes de 1988, não tinha o Ministério Público; a gente tinha, praticamente, a assistência social no âmbito do Judiciário, mas não tinha o Serviço Social no sociojurídico. A gente não tinha a dimensão que hoje tem, a questão da violência nas escolas e a proposta da atuação do Serviço Social nas escolas. Quer dizer: com a incorporação da pesquisa como uma matéria transversal à formação, o aumento de pesquisadores no CNPq, a qualificação docente e a consolidação da pós-graduação na nossa área, sob a batuta da direção ético-política e teórica presente nas Diretrizes houve um salto qualitativo na formação profissional em Serviço Social. Penso que houve um impulso para tratar as demandas emergentes da intervenção profissional, da prática, mas dotando-as da condição de objeto de pesquisa tanto na graduação quanto na pós-graduação. Então, a centralidade e horizontalidade da pesquisa nas Diretrizes é que permitiu que demandas profissionais fossem um vetor de conhecimento da realidade. Um exemplo: a questão da violência obstétrica presente nas unidades de saúde e que é uma questão que bate na porta do Serviço Social. Do ponto de vista da pesquisa, o objeto não é a violência em si, mas as relações que a determinam, sejam relacionadas à vida das mulheres, aos direitos humanos, ao acesso aos atendimentos humanizados, aos serviços de qualidade, à política de saúde, ao movimento das mulheres. É todo um entorno de fenômenos e situações que pode ser conhecido e enfrentado como parte do processo de formação profissional.

No meu entendimento – e posso estar equivocada –, o Serviço Social vai construindo um caminho no qual ele é reconhecido pela prática e pela produção do conhecimento, pelo que pode pesquisar, sistematizar e socializar tanto em relação às questões da prática profissional, quanto de questões que estão no entorno dos seus objetos de intervenção. Isso também é uma inversão, porque essa profissão foi definida para ser uma prática, mas ela não é só uma prática. As Diretrizes Curriculares são uma bússola, uma matriz que requer constante reflexão para incorporarmos novos temas no âmbito das matérias e componentes curriculares, sem perder de vista os seus fundamentos e a direção social da formação, mas incorporando novas problemáticas que hoje se fazem presentes.

Então, eu acho que as Diretrizes Curriculares, como o Código de Ética e como a Lei de Regulamentação da profissão, tudo isso faz parte da nossa cultura profissional, da nossa sociabilidade profissional. A sociabilidade predominante no Serviço Social é herdeira do chamado “projeto ético-político” que enfeixa e reúne esse conjunto de questões sobre as quais eu acabei de discorrer. Mas precisamos estar atentos para não confundir a incorporação de problemáticas e abordagens necessárias à explicação de questões postas pela realidade com a negação dos fundamentos e princípios que compõem o conjunto das nossas diretrizes. Penso que também podemos robustecer os conteúdos da formação profissional em níveis de graduação e pós-graduação, aprofundando e socializando o trato das categorias, fundamentos e instrumentos apontados nas diretrizes.

Em Pauta – Em comemoração aos 30 anos do Currículo de 1993 e da revista *Em Pauta*, ambos da Faculdade de Serviço Social da Uerj (FSS/Uerj), publicamos neste número um dossiê temático sobre a formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Você teria algo a comentar sobre o movimento precursor das formulações daquele nosso currículo a partir da fundamentação teórica do Serviço Social como trabalho e sua contribuição para o debate sobre Diretrizes Curriculares no âmbito da Abepss?

Ana Elizabete Mota – Eu não acompanhei o processo de construção do Currículo de 1993, mas sempre fui uma observadora atenta do crescimento, da expansão da pós-graduação e do engajamento da FSS/Uerj com a realidade brasileira e com o Rio de Janeiro. Desde os anos 90 do século passado, quando fui professora visitante na faculdade, me encantava a efervescência política da Uerj, a diversidade e dimensão cultural dessa universidade que considero a mais popular no Brasil, voltada para a população da Baixada Fluminense e para estudantes trabalhadores, com o curso noturno. Também foi uma faculdade muito aguerrida na formação, na participação de docentes e discentes nas entidades da categoria e no investimento na pesquisa. Observem, hoje, o leque de grupos de estudo e pesquisa existentes na FSS/Uerj e vejam o quanto a abertura de um dos primeiros grupos de estudos e pesquisas, o Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (Petres), criado em 1996, tem um legado importante.

Então, eu reconheço que a FSS/Uerj saiu na frente com a Reforma Curricular de 1993, mas considero ímpar o fato de o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/Uerj) ser o primeiro programa a eleger a questão do trabalho como parte da sua área de concentração original. A primeira proposta do mestrado tinha o trabalho como área de concentração. Isso não é pouco e vocês estão colhendo o resultado disso, a formação de novas gerações etc. Então, eu tenho uma enorme admiração pelo processo da FSS/Uerj, enorme admiração mesmo.

A FSS/Uerj fez uma ruptura muito grande nos anos 1980. Pensem... foram processos duros, de disputas, com muitas questões e conflitos. Até hoje, quando eu entro naquele *hall* e vejo aqueles cartazes, aquela atmosfera, sinto pulsar a sociedade brasileira ali dentro.

Em Pauta – Dando continuidade e de acordo com o que previmos inicialmente, queremos, também aqui, fazer a associação de algumas questões de nosso roteiro prévio para solicitar que você aborde elementos da história da atual organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina e no Brasil.

Ana Elizabete Mota – Eu não estou acompanhando essa pesquisa mais recente que as professoras Marilda e Claudia Monica coordenam sobre o Serviço Social na América Latina, inclusive recuperando as tendências da reconceitualização e os rumos atuais da for-

mação profissional. Mas eu acho que, diferentemente do período (2007/2009), em que fui presidente da *Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social* (Alaeits), a articulação latino-americana e a organização profissional no subcontinente avançaram muito.

Acredito que não devemos ler a realidade do Serviço Social latino-americano com os olhos do Brasil. A gente precisa ler o Serviço Social latino-americano com os olhos das particularidades do subcontinente e de cada país. Até onde posso avaliar – e estive recentemente no Encontro da Alaeits no Uruguai –, persiste um descompasso entre essa dupla dimensão que tem o Serviço Social no Brasil: como profissão e produção do conhecimento, dada a centralidade que tem a pesquisa na comunidade acadêmica e profissional do Serviço Social brasileiro. Não tenho dados que me permitam fazer uma avaliação, mas acho que a gente precisa avançar mais e a nova gestão da Alaeits está muito empenhada e a Abepss também está investindo nessa articulação.

Em Pauta – Como você avalia a questão das rupturas e continuidades na formação acadêmico-profissional e quais os dilemas e as perspectivas futuras para a formação acadêmica-profissional, bem como da relação entre universidade e sociedade?

Ana Elizabete Mota – Há poucos dias, eu participei do Encontro Nacional de Seguridade, em Fortaleza, promovido pelo conjunto CFESS/Cress, e todos sabemos da difícil conjuntura que estamos enfrentando e que atravessa, inclusive, o Serviço Social. No entanto, achei os debates muito interessantes, trazendo questões muito importantes após dois anos de pandemia: povos indígenas, raça, cor, etnia, relações sociais de sexo, gênero, antipacifismo, além de questões relacionadas à seguridade social, à educação, às políticas de saúde e previdência, dentre outras.

O governo neofascista de Bolsonaro apelou para a destruição da universidade e para ideias conservadoras e, nesse momento, resistir e lutar contra ideias e práticas fascistas é um imperativo, penso eu. A conjuntura inaugurada desde 2013, a prisão de Lula, seguindo-se do golpe de 2016, que foi o *impeachment* de Dilma, deu visibilidade ao processo de surgimento da extrema direita no Brasil, que tem pretensões de uma ideologia de massa e estava debaixo do tapete, mas surge de uma forma avassaladora, culminando com a eleição de Bolsonaro, o presidente que destruiu o Brasil com apoio de parte da burguesia, das forças armadas e segmentos das classes trabalhadoras. Antes nós tínhamos no pensamento pós-moderno uma posição crítica ao pensamento marxista, mas a resistência ao governo Bolsonaro nos levou a ter aliados políticos entre os pós-modernos de esquerda, pois a sua derrota nas eleições era e é o mais importante. Embora não tenhamos unidade em relação aos fundamentos teórico-metodológicos e a algumas abordagens, construímos uma unidade no campo da militância de esquerda. Agora, temos à nossa frente algo muito mais

complexo, que é a herança bolsonarista de tons neofascistas. Este neofascismo – de cunho moral, econômico, político, cultural – é mediado por algo novo para nós que são as redes sociais, os algoritmos, as *fakes news* e a ideologia religiosa conservadora que extrapolam a derrota da eleição de Bolsonaro.

Ainda ontem, a *Folha de São Paulo* trouxe um texto muito interessante que aborda esse assunto e fala da guerra cultural, que eu pelo menos ouvi a primeira vez de Roberto Leher e usei várias vezes. É uma guerra cultural: a guerra cultural contra o marxismo, contra a academia, contra qualquer movimento libertário. Olha a dimensão do que temos pela frente para combater, exigindo unidade das esquerdas para recuperar o que perdemos – num quadro de crise, guerra e pandemia –, e para avançar no enfrentamento dos controles sociais, das políticas econômicas e sociais. Nós temos agora um explícito inimigo: as práticas e o moralismo liberal neofascista da turma da extrema direita e seus apoiadores.

Claro que continuamos orgânicas e temos aliados estratégicos na esquerda. Nós não podemos perder o diálogo com a categoria profissional. Não significa pesquisar exclusivamente para dar respostas imediatas, embora algumas pesquisas e sistematizações precisem dar respostas, apontar caminhos para a categoria. As pesquisas aprofundam problemáticas sem as quais a gente não consegue avançar. Mas o discurso intelectual e acadêmico tem que ser entendido pela base da profissão e a gente precisa avançar pedagógica e politicamente nesse diálogo. Tivemos a pandemia, e a pandemia foi algo muito sério, porque trouxe questões emergenciais, inarredáveis, mas, agora, precisamos ter toda atenção e fortalecer nossas entidades, seja a Abepss, seja o CFESS, movimento estudantil e no nosso cotidiano acadêmico e profissional temos que estar junto da categoria, seja onde for.

Eu acho que os desafios são enormes, postos pela realidade à profissão. E, nesse momento, nós precisamos de muita unidade. Precisamos de unidade – que não é identidade –, unidade para que a gente defina quais são os passos fundamentais. Agora, nesse Encontro de Seguridade, eu achei uma coisa fantástica: apareceram temas de plenárias que a gente não estudava até pouco tempo. Eu aprendi muito do alto dos meus 70 anos; e o conjunto CFESS/Cress, assim como a Abepss e Enesso, tiveram uma presença importantíssima. Acompanhei a problematização teórica, histórica e propositiva de vários temas que não tinham, há 20 anos, a robustez que têm hoje; por isso, reafirmo que as Diretrizes continuam vigentes e não estão canceladas ou desatualizadas. Partindo dos seus pressupostos, da relação horizontal e vertical entre eixos, materiais e componentes, os docentes e pesquisadores, nas suas unidades de ensino e fóruns da categoria, podem e devem enriquecer a nossa formação sem perder a radicalidade da proposta e da direção social da profissão, digamos, do ideário do Projeto Ético-Político-Profissional.

São muitos os nossos desafios – na pesquisa, no ensino, na orientação, na extensão e na prática profissional. Eu dou aula de seminário de tese, no doutorado, e costumo

perguntar aos meus alunos: qual é o significado social da sua tese? Ela trata sobre o quê? Que inflexões ela tem sobre a realidade? É claro que a gente tem hoje um perfil diferenciado de aluno na pós-graduação e não podemos achar que todo assistente social mestre ou doutor, vai ser professor. Não é a condição de professor que demarca a existência da profissão. São todas as dimensões presentes na regulamentação da profissão e nos espaços que se abriram: professor(a), pesquisador(a), assessor(a), executor(a), formulador(a), educador(a).

Nós constatamos enormes mudanças no mundo do trabalho. Orientei recentemente uma tese de doutorado, de Alison Cleiton de Araújo, da Federal de Goiás, que pesquisou as atuais formas de contratação de assistentes sociais no setor público, identificando as condições e exigências presentes nos pregões, licitações, cartas-convite, seleções simplificadas para o desenvolvimento de tarefas específicas. Isso mostra a quantas anda o mercado de trabalho profissional, com novas estratégias de fragmentação do trabalho coletivo e outra divisão técnica do trabalho, mediadas por tecnologias, pela desproteção e precarização do trabalho, suprimindo lacunas do desmonte do serviço público, da escassez de servidores qualificados, da falta de concurso público e com ataques aos serviços sociais públicos.

Nós temos questões emergentes na conjuntura que precisam ser trazidas para o âmbito do desenvolvimento histórico do pensamento social brasileiro, da formação social brasileira. Nós temos categorias reflexivas que podem ser espichadas, podem ser alongadas para a gente entender o que é ideologia hoje. Qual o trato com a ideologia? Como é que isso passa para o cotidiano, para a imediatividade, qual seu conteúdo? Como é que isso passa para o senso comum? A função pedagógica, a dimensão pedagógica da profissão não pode sucumbir à dimensão técnica, há que trabalhar melhor esse movimento. Olha só o que a inteligência artificial vai trazer no âmbito das profissões sociais; vai ser muito difícil, principalmente nas de intervenção: Enfermagem, Serviço Social, Educação, Psicologia, Nutrição. Tudo agora é “tecnológico”, parece que a tecnologia vai resolver a genética desigualdade social!

Então, os nossos desafios são os desafios do nosso tempo, sempre mediados pelas disputas ideológicas que são de classe e que se fazem presentes na realidade, através da resignificação de ações, ideias, conhecimentos teóricos, históricos, metodologias, protocolos etc. Então, os desafios são muito grandes. Não vai apagar a profissão, não desmontará nossa ideologia progressista, mas certamente tensionará, afetará o senso comum, ameaçará... Não retira a nossa capacidade crítica, mas exige que a gente se aproprie do que está acontecendo e, de certa forma, que preserve, nas nossas análises e avaliações, a unidade entre as esferas da economia e da política. Precisamos traduzir, na esfera da política, na esfera da economia, nos projetos, nos programas, nas ações e na formação, os dilemas que estão no cotidiano profissional e que são socialmente determinados, que não se restringem à vontade do profissional. É uma tarefa muito grande que não depende só de nós, mas nós estamos juntas e juntos na luta, pelo menos é o que eu penso.

Em Pauta – Você tratou das diferentes questões que surgem, que são postas pela realidade para a formação profissional e para a produção acadêmica. Então, como você vê estas diferentes questões que a realidade nos coloca hoje, como, por exemplo, a questão das pautas identitárias?

Ana Elizabete Mota – Eu acho o seguinte: como em tudo, existem polêmicas. Quando a Assistência Social adquiriu centralidade lá em 2003, com o Suas, a gente teve diversas polêmicas sobre o que era a assistência. Isso não retirou a importância e propriedade da atuação do Suas, mas nos levou a fazer análise política da política... tornamos a Assistência Social uma política pública, objeto de pesquisa e reflexões. E a reflexão teórico-política é um meio de formação da consciência, da identificação dos limites de uma política social focalizada para enfrentar a perversa desigualdade, mas isso não nos impede de agir, até porque o conhecimento não muda a realidade, mas sem ele a práxis é mera manipulação do cotidiano.

Eu acho que as pautas identitárias são uma sinalização de um movimento mais geral, do qual estamos nos apropriando, problematizando, refletindo. É muito importante que cheguem como polêmicas e debates no Serviço Social, que os fenômenos, objetos do identitarismo, sejam discutidos no âmbito da cultura profissional crítica, numa perspectiva histórica e de totalidade. Elas precisam ser trazidas, porque a gente não pode desconhecer, por exemplo, o peso que têm o movimento antirracista, o movimento feminista, indígena, LGBTQIA+ na sociabilidade da sociedade brasileira hoje: está na realidade... tem classe e segmentos de classe em movimento. Observem, por exemplo, como o CFESS trouxe para o âmbito da profissão essas questões. Note, por exemplo, o que aconteceu com o movimento sindical: o quanto a contrarreforma trabalhista e o desemprego destruíram a organização sindical. Outros movimentos tradicionais e não tradicionais precisam se ocupar das pautas de luta e temos que estar juntos e juntas.

Então, a disputa é no trato do fenômeno, não na negação do fenômeno. É no trato, é no diálogo, na capacidade de ouvir o diferente, de problematizar o que é diferente. Eu não acho que a gente vai resolver isso dizendo que não concorda com a pauta identitária e ponto. Olha o que a gente fez em 2013, quando o povo foi para a rua e a gente disse “ah, mas não tinha partido, não tinha sindicato etc.”. A direita se apropriou daquele movimento aparentemente disperso e com uma direção tênue. No meu entendimento, a gênese desse movimento bolsonarista, desse movimento neofascista, está lá em 2013, quando a direita se apropriou das pautas e problematizou-as do seu ponto de vista moral, político e econômico, e tudo começou com o aumento das passagens de ônibus. Então, eu acho que são pautas legítimas e que nós não podemos, sob o argumento de que o identitarismo não está levando em conta a questão de classe, furtarmo-nos da discussão, de aprender com os e as militantes, de ouvir seus relatos e de ser ouvido. Não será para

a minha geração, mas será para a de vocês este desafio. Eu acho que a palavra é unidade na luta, a formação de frentes de esquerda para lutar. Agora, como nós vamos tratar estas pautas é um processo e um projeto. Coloca desafio nisso! Então, são desafios intelectuais, políticos e que envolvem a prática profissional e a nossa cultura profissional.

E digo mais: sem perder o pé na realidade e sem moralizá-la, abraçando histórica e teoricamente as condições objetivas. Olhem, hoje, por exemplo, digo, nos últimos cinco anos quais foram as temáticas predominantes nas seleções de mestrado e doutorado na nossa área e nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Quais as temáticas predominantes? São sinalizações, elas não esgotam o que se pensa, mas são sinalizações de como a profissão está trazendo para o campo da reflexão, da pesquisa, as questões da prática profissional. Pegue os programas das disciplinas, quais são as temáticas que estão sendo tratadas? Como estamos tratando essa realidade? As questões estão na realidade. A realidade não é o que a gente pensa dela, a realidade é o que a gente extrai dela e traz para o pensamento como síntese crítica. Isso é a inspiração teórico-metodológica marxiana.

Então, a gente tem que aprender isso. Não se trata da *herança maldita do Serviço Social conservador*. Trata-se de entender a realidade, e dentro dessa realidade: quais processos e questões estão exigindo de nós um grande esforço para sistematizar, problematizar, aproximar-se da realidade e operar sínteses que orientem a ação? Estão postas as questões e os fenômenos relacionados às tendências do capitalismo, às desigualdades e violências, à vida nas cidades, a questão da classe e seus novos movimentos com a fragmentação e uberização do trabalho, as questões de raça, cor, etnia, situação das mulheres e relações sociais de sexo. Então, no âmbito da formação graduada e pós-graduada, vamos precisar aprofundar o trato de algumas categorias que, sem perder a fidelidade teórico-metodológica expressa nas Diretrizes, tragam novos elementos para explicar e transformar a realidade. Então, eu acho que o nosso desafio docente nesse momento é enorme. Temos também que pensar a questão da religião no âmbito da sociabilidade dos estudantes, profissionais e docentes. Passaríamos aqui o dia falando sobre os novos desafios reais e conceituais: a concepção de família, de juventude, de emprego, das violências. São muitas temáticas que estão em jogo e a gente não pode mais estar pesquisando aquilo que já sabe.

Eu gosto muito de um texto de Sérgio Lessa que aborda a questão da produção do conhecimento numa perspectiva marxiana e lukacsiana, quando coloca a relação entre o conhecido e o desconhecido como ponto de partida da produção do conhecimento. Então, o que é o nosso desconhecido nesse momento? O que é que nos desafia? Para onde temos que estar abertos sem perder a unidade com a dimensão teórico-crítica da profissão, seus fundamentos, a realidade, a formação, os meios e condições de trabalho dos profissionais e pesquisadores para encarar os desafios da realidade?

A gente está vendo o mundo em evolução, uma nova geopolítica, um avanço do conservadorismo. Vocês imaginem que em Portugal está ganhando corpo a ideia de um museu de Salazar. Então, vejam o avanço da direita, a fragmentação da esquerda. Nós estamos vivendo uma crise, uma transição. Agora, vou fechar com isso: *o velho não morreu e o novo não nasceu*. E a gente é sujeito disto. *Os homens e as mulheres, todos nós, fazemos a história, mas sob condições e relações determinadas*. Precisamos de unidade na luta. Não podemos deixar que 30, 40 anos de neoliberalismo, avanços de conservadorismos e desmontes institucionais destruam nossa sociabilidade acadêmica no campo do Serviço Social. Em algum momento nós vamos ter que construir a unidade possível para enfrentar os desafios atuais e os que estão por vir.